



CARTILHA MUNICIPALISTA

Soluções Práticas
para Administração Pública

Credenciamento



PALAVRA DO PRESIDENTE



Com o objetivo de apoiar os municípios do Amazonas na melhoria da gestão pública, apresentamos esta 1ª edição da Cartilha Municipalista, focada no credenciamento como ferramenta estratégica para a administração pública. Com base na Lei nº 14.133/2021, este material oferece soluções práticas para otimizar processos, ampliar a eficiência e garantir maior transparência nas contratações. O credenciamento permite a contratação de serviços e fornecedores de forma ágil e econômica, essencial para as realidades logísticas e regionais dos municípios do Amazonas. Esta Cartilha Municipalista reúne orientações claras sobre quais serviços podem ser credenciados, suas vantagens e desafios, proporcionando um guia prático para melhorar a gestão e atender às necessidades da população de forma eficaz. O propósito deste material é fornecer aos gestores públicos do Amazonas as ferramentas necessárias para aplicar o credenciamento de forma estratégica, promovendo a eficiência, a transparência e a qualidade na prestação de serviços à população.

Esperamos que este conteúdo seja uma fonte de inspiração e orientação, ajudando a transformar desafios em soluções práticas e eficazes para todos os municípios do estado.



Anderson José de Sousa
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE
DE MUNICÍPIOS



Soluções Práticas para Administração Pública

Área: Jurídica/AAM	Produzido em: Maio de 2025
E-mail: juridico@aam.org.br	Capa e diagramação: Comunicação AAM

1. Introdução

A Lei nº 14.133/2021, sancionada em 1º de abril de 2021, institui o novo regime de licitações e contratos administrativos no Brasil, substituindo a Lei nº 8.666/1993. Esta nova legislação traz inovações que tornam o processo de contratação pública mais ágil e flexível, o que é especialmente relevante para os municípios do Amazonas, que enfrentam desafios logísticos e custos elevados nas aquisições.

Esta cartilha visa orientar os gestores públicos dos municípios do Amazonas sobre o credenciamento, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, e como esse procedimento pode beneficiar a realidade local, considerando os desafios de infraestrutura e a importância de fortalecer o comércio local.

2. O que é Credenciamento?

O credenciamento é um procedimento administrativo utilizado pela Administração Pública para selecionar pessoas físicas ou jurídicas que se habilitam a prestar serviços ou fornecer bens, sem a necessidade de um processo licitatório tradicional. O critério é baseado na qualificação do prestador de serviços, que se credencia para atuar conforme a demanda pública.



3. A Lei nº 14.133/2021: Principais Aspectos

A nova Lei de Licitações e Contratos trouxe diversas atualizações importantes, incluindo:

- Credenciamento: A Lei nº 14.133/2021 regula o credenciamento como uma modalidade específica para contratar serviços ou adquirir bens quando a demanda for contínua ou for mais vantajoso para a Administração Pública.



4. O Credenciamento no Contexto da Lei nº 14.133/2021

De acordo com o artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento pode ser utilizado para contratações que envolvem serviços ou fornecimento de bens com alta demanda contínua e para aqueles que são realizados por diversos prestadores de serviços, sem a necessidade de uma licitação convencional. A novidade é que o credenciamento pode ser utilizado, por exemplo, para a contratação de serviços médicos, odontológicos ou até mesmo a compra de medicamentos.



5. Realidade Logística dos Municípios do Amazonas e o Alto Custo Amazônico

A logística no Amazonas apresenta desafios únicos, devido à vasta extensão territorial, à presença de áreas de difícil acesso e à dependência de transportes fluviais e aéreos para diversas localidades. A região enfrenta custos elevados, tanto na aquisição de bens quanto na contratação de serviços, o que impacta diretamente no orçamento dos municípios. Entre os principais obstáculos, destacam-se:



Dificuldade de transporte e infraestrutura precária:

Muitos municípios dependem de transporte fluvial ou aéreo para acessar mercadorias, o que eleva significativamente os custos de transporte e os prazos de entrega.



Custos elevados de insumos e serviços:

Devido à logística complexa, muitos produtos e serviços têm preços mais altos, resultando em uma elevação no custo da administração pública.



Acesso limitado a fornecedores e prestadores de serviço:

Em áreas remotas, a falta de opções locais aumenta a dependência de empresas de fora do estado, que cobram valores mais altos para atender as demandas.

Neste contexto, o credenciamento pode ser uma solução para enfrentar esses desafios, permitindo maior flexibilidade e redução de custos, especialmente para os municípios que têm dificuldades em acessar o mercado nacional e internacional.

6. O Credenciamento como Ferramenta para Reduzir Custos e Fortalecer o Comércio Local

O credenciamento, previsto na Lei nº 14.133/2021, pode ser uma ferramenta crucial para ajudar os municípios do Amazonas a enfrentarem os desafios logísticos e o alto custo amazônico, promovendo a valorização do comércio local e a otimização dos recursos públicos.

1. Redução de Custos Logísticos

Ao permitir que os municípios credenciem fornecedores e prestadores de serviços locais, a necessidade de transporte de mercadorias de fora do estado diminui. Isso pode resultar em economia de transporte e prazos mais curtos para a entrega dos produtos ou serviços, o que é especialmente vantajoso para municípios de difícil acesso.

2. Apoio ao Comércio Local

O credenciamento oferece uma oportunidade para que pequenas e médias empresas locais se tornem fornecedores para a administração pública. Ao permitir que comerciantes e prestadores de serviços locais se credenciem, a Lei nº 14.133/2021 facilita a participação desses negócios nas contratações públicas. Isso fortalece a economia local, gera empregos e fomenta o desenvolvimento regional.

3. Estímulo à Competitividade

O credenciamento cria um ambiente mais competitivo, onde os fornecedores podem se qualificar e ser selecionados conforme sua capacidade e adequação à demanda pública, sem a necessidade de processos licitatórios longos e burocráticos. Isso pode resultar em melhores preços e condições para a administração pública, além de permitir que mais empresas locais se engajem no fornecimento de bens e serviços.

4. Parcerias com Cooperativas e Empreendimentos Locais

Em municípios afastados, onde o acesso a grandes empresas é limitado, o credenciamento possibilita parcerias com cooperativas e pequenos negócios locais. Esses empreendimentos, mais alinhados à realidade regional, oferecem serviços e produtos com maior eficiência e custos reduzidos, pois não dependem de longas cadeias logísticas.

7. Procedimentos e Etapas do Credenciamento

O processo de credenciamento envolve diversas etapas, que incluem:

- **Elaboração do Edital de Credenciamento:**

O edital deve definir claramente as condições de credenciamento, incluindo os requisitos necessários e as responsabilidades do prestador de serviço. Para os municípios do Amazonas, é importante considerar as particularidades logísticas e as dificuldades de transporte ao estabelecer as exigências.

- **Habilitação dos Credenciados:**

A avaliação de qualificação dos credenciados deve ser objetiva, focando nas capacidades locais e na possibilidade de cumprimento das demandas dentro das condições estabelecidas.

- **Assinatura do Termo de Credenciamento:**

Após a habilitação, os fornecedores credenciados assinam o termo de compromisso, estabelecendo as condições de prestação de serviços ou fornecimento de bens.

8. Vantagens do Credenciamento para os Municípios

Além de permitir uma redução nos custos logísticos e de estimular o comércio local, o credenciamento apresenta outras vantagens importantes:

- **Maior Agilidade nas Contratações:**

O processo de credenciamento é mais rápido que as licitações tradicionais, o que facilita a contratação de serviços e aquisição de produtos em situações emergenciais.

- **Transparência e Controle:**

A utilização do credenciamento facilita o controle da Administração Pública sobre os prestadores de serviços e fornecedores, o que contribui para a transparência na gestão pública.

- **Fortalecimento da Economia Local:**

Ao dar preferência aos fornecedores locais, o credenciamento fortalece a economia regional, criando um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda nas cidades e municípios do Amazonas.

9. O Credenciamento na Prática: Exemplos e Casos

Os municípios do Amazonas podem adotar o credenciamento em diversas áreas. Alguns exemplos de aplicação incluem:

- **Contratação de serviços de saúde:**

Municípios remotos podem credenciar médicos, enfermeiros e profissionais de saúde locais para prestar serviços em unidades de saúde públicas, reduzindo os custos com deslocamentos e transporte.

- **Aquisição de alimentos e produtos básicos:**

O credenciamento pode ser utilizado para a compra contínua de alimentos ou produtos de empresas locais, garantindo melhor atendimento às necessidades da população e redução de custos logísticos.

- **Fornecimento de combustíveis e outros insumos:**

Municípios com dificuldade de acesso ao mercado podem credenciar fornecedores locais para o fornecimento de combustíveis e outros produtos essenciais, evitando a dependência de grandes fornecedores externos.

10. Desafios e Cuidados na Implementação do Credenciamento

Apesar das vantagens, a implementação do credenciamento exige atenção a alguns aspectos:

- **Garantir a Qualidade dos Serviços e Produtos:**

Mesmo com fornecedores locais, é essencial garantir que a qualidade dos serviços e produtos seja atendida.

- **Fiscalização Rigorosa:**

A Administração Pública deve manter uma fiscalização constante para assegurar que as condições acordadas sejam cumpridas de forma eficaz e transparente.

- **Definir Critérios de Qualificação Claros:**

Os critérios de habilitação devem ser adequados à realidade local, permitindo que pequenos e médios fornecedores locais possam participar sem comprometer a qualidade das contratações.

11. Considerações Finais

O credenciamento previsto na Lei nº 14.133/2021 é uma ferramenta ágil e eficaz para os municípios do Amazonas. Ele permite contratar serviços e adquirir bens com custos reduzidos e maior eficiência, enfrentando desafios logísticos e promovendo a economia local, a geração de empregos e o desenvolvimento regional.

Serviços e Procedimentos de Seleção

SERVIÇO	MODALIDADE DE SELEÇÃO	JUSTIFICATIVA	VANTAGENS	OBSERVAÇÕES
Prestadores de Serviço de Saúde	Paralela e não excludente (fila virtual, ordem cronológica)	Atender picos de demanda (médicos, enfermeiros etc.) quando faltam profissionais efetivos.	Rapidez no atendimento; flexibilidade na gestão de escalas; dispensa de concurso em urgências.	Definir no edital o critério de chamada (quem credenciou primeiro).
Consultas de Saúde na Rede Privada (externo)	Critério do beneficiário direto	Reduzir filas em unidades públicas, garantindo atendimento imediato.	Descentralização do serviço; maior oferta de horários e especialidades.	Monitorar qualidade e satisfação para possível descredenciamento.
Transporte de Pessoas – Viagens Fechadas	Paralela e não excludente (contratações simultâneas padronizadas)	Viabilizar deslocamentos em grupo (saúde, eventos, treinamentos) com menos burocracia.	Flexibilidade para diferentes demandas; menor custo por passageiro.	Exigir manutenção e seguro dos veículos; detalhar no edital o critério de distribuição de
Transporte de Pessoas – Individual	Critério do beneficiário direto	Garantir transporte seguro em rotas sem serviço público coletivo.	Atendimento personalizado; custo otimizado em deslocamentos esporádicos.	Definir especificações e tarifação no edital.

Conclusão

A Lei nº 14.133/2021 trouxe novas perspectivas para a administração pública, incentivando a adoção de práticas mais modernas, flexíveis e eficazes.

O credenciamento se destaca como uma dessas práticas, possibilitando à gestão pública atender demandas específicas de forma descentralizada e ágil, garantindo economicidade e eficiência.

Esta edição da Cartilha Municipalista buscou não apenas listar ideias de objetos para credenciamento, mas também oferecer uma visão prática sobre como aplicá-las, ajudando a identificar oportunidades de otimização nos processos administrativos.

Ao implementar essas ideias, é essencial lembrar que a clareza nos critérios, a transparência nos procedimentos e o acompanhamento contínuo dos resultados são pilares fundamentais para o sucesso do credenciamento.

Agora é o momento de colocar em prática as ideias apresentadas aqui e adaptar as estratégias às realidades e demandas da sua gestão. Com planejamento e dedicação, é possível criar processos que gerem benefícios concretos para a administração e, principalmente, para a população.

Aproveite este material e transforme-o em um aliado na busca por uma gestão pública mais eficiente, inovadora e comprometida com o bem comum. Boa leitura e sucesso nos seus projetos!



R. Elin Virtonen, 35,
Parque Dez de Novembro,
Manaus - AM, 69054-694



@aam.amazonas



/aam.amazonas



institucional@aam.org.br



(92) 98195-0019



www.aam.org.br